



## GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

## PROJETO DE LEI Nº009 DE 24 DE JANEIRO DE 2006.

"Dá nova redação ao art. 1º e 2º da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, com a redação da Lei nº 405, de 24 de outubro de 2003, que dispõem sobre a remuneração nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta e Indireta do Estado de Roraima e no Comitê de Gestão Estratégica – COGEST e dá outras providências."

## O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º e 2º "caput" e §1º da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ari. 1º Esta Lei fixa a remuneração e a participação nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administrativa Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima, no Comitê de Gestão Estratégica — COGEST, criado pela Lei nº 505, de 29 de setembro de 2005 e das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIs.

- Art. 2º A remuneração constituída de jeton, pela participação devida em razão da efetiva presença às reuniões, será equivalente:
- a) nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administrativa Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima à 01 (uma) Unidade Fiscal do Estado de Roraima – UFER.
- b) no Comitê de Gestão Estratégica-GOGEST. à 50% ( cinqüenta por cento) do valor do subsídio mensal de Secretário de Estado
- §1º O número máximo de reuniões mensais remuneradas para os Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima será de 08 (oito);

Palácio Senador Hélio Campos

RORAINA

Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR — Brasil PABX: 0\*\*(95) 623-1410 · Fax: 0\*\*(95) 623-2344/623-9945





## GOVERNO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

§2º O número máximo de reuniões mensais remuneradas para o Comitê de Gestão Estratégica - GOGEST, será de 01 (uma)

§4º O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos Conselhos cuja lei de criação não estabeleça participação remunerada.

§ 5º Somente serão remunerados os Conselhos cuja a Llei de regência estabeleça tal situação."

Art. 2º Permanecem inalteradas todas as demais disposições legais da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos / RR, 24 de janeiro de 2006.

OTTOMAR DE SOUSA ÉINTO Governador do Estado de Roraima

Palácio Senador Hélio Campos

Praça do Centro Cívico s/nº · CEP: 69.301-380 · Boa Vista-RR – Brasil PABX: 0\*\*(95) 623-1410 · Fax: 0\*\*(95) 623-2344/623-9945